



GÊNERO: AINDA É UMA CATEGORIA ÚTIL DE ANÁLISE?¹

GENDER: STILL A USEFUL CATEGORY OF ANALYSIS?

Joan Wallach Scott²

Tradução de Graziela Schneider Urso³

 <https://orcid.org/0000-0002-9933-2886>

Recebido em: 15 de setembro de 2021.
Primeira revisão: 22 de novembro de 2021.
Revisão final: 27 de novembro de 2021.
Aprovado em: 29 de novembro de 2021.

 <http://doi.org/10.46401/ardh.2021.v13.14704>

RESUMO: Este artigo traça a história dos usos da palavra “gênero”. Isso sugere que, embora o conceito “gênero” tenha sido recuperado e se tornado comum, muitas questões persistem em torno da forma como “mulheres” e “homens”, e as relações de poder entre eles, são definidas e estão evoluindo. Desde que ainda nos permita questionar os significados atribuídos aos sexos, como eles se estabelecem e em que contextos gênero continua a ser uma categoria útil, crítica e analítica.

ABSTRACT: This paper traces the history of uses of the word “gender”. It suggests that though “gender” has been recuperated and become commonplace, many issues persist around the way “women” and “men”, and the power relations between them, are defined and are evolving. Provided it still allows us to question the meanings attached to the sexes, how they are established and in what contexts, gender remains a useful, because critical, analytical category.

Palavras-chave: Gênero, história, crítica.

Keywords: activism, queer, criticism, body.

1 Tradução do original em inglês publicado na revista *Diogenes*, Paris, v. 57, n. 1, p. 7-14, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1177/0392192110369316>

2 Graduada em História pela Universidade Brandeis (B.A.), EUA. Mestre e doutora em História pela Universidade de Wisconsin, EUA. Professora Emérita da Escola de Ciências Sociais do Instituto para Estudos Avançados, Princeton, New Jersey, Estados Unidos. Website: <https://www.ias.edu/sss/faculty/scott>. E-mail: jws@ias.edu

3 Possui graduação em Russo e Português (2004), mestrado em Literatura e Cultura Russa (2010) e doutorado na mesma área pela Universidade de São Paulo (2016), Brasil. Suas principais áreas de atuação são línguas, literaturas e culturas estrangeiras modernas, com ênfase em estudos russos e gregos modernos; Estudos da Tradução; Literatura Comparada e Teoria Literária; Linguística; Estudos Culturais; História das Mulheres; Gênero; estudos autobiográficos. Membro de Azimute: Laboratório de Estudos Orientais, Brasil. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1124080708548291>. E-mail: grazielau@hotmail.com

Em 1986, quando escrevi o artigo **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**^{45*}, que, aparentemente, tornou-se um clássico, comecei com uma citação do **Fowler's Dictionary of Modern English Usage/Dicionário Fowler de uso do inglês moderno**: "Gênero. *n.* tão somente um termo gramatical. Falar de pessoas ou criaturas do gênero masculino ou feminino, com o sentido de serem do sexo masculino ou feminino, ou é um ato jocoso (admissível ou não de acordo com o contexto) ou um engano."

Eu defendia, então, que o termo não podia ser controlado pela polícia linguística; o gênero havia sido apropriado de forma útil pelas feministas para se falar sobre o modo em que as diferenças no que se refere a sexo anatômico passaram a denotar coisas diferentes em momentos diferentes. Naquela época, usávamos muito o termo construção cultural, com o qual tínhamos a intenção de dizer que sentidos eram atribuídos, e não inerentes a corpos, e que havia uma história e uma política para essas atribuições de sentido. A ideia de construção cultural baseava-se na noção de que era possível distinguir sexo e gênero com cautela, um se referindo à biologia, o outro à cultura. Algumas críticas (Judith Butler, Donna Haraway) apontaram que a distinção era falsa, uma vez que, se o gênero podia ser algo construído culturalmente, o mesmo podia acontecer com os sentidos biológicos de sexo. De fato, era o gênero que atribuía à biologia seu significado supostamente inerente.

Mas, mesmo sem os escritos de teóricas/os (ou, talvez, em parte por causa deles), o limite entre gênero e sexo tornou-se confuso no uso popular. Assim, o verbete "gênero", na edição de 1992 (3ª) do **American Heritage Dictionary of English Language**, diz o seguinte:

tradicionalmente, gênero tem sido usado principalmente para se referir às categorias gramaticais de "masculino" e "feminino", e "neutro"; mas, nos últimos anos, a palavra tornou-se bem estabelecida em seu uso para se referir a categorias baseadas em sexo, como nas frases *diferença de gênero* e a *política de gênero*. Esse uso é apoiado pela prática de muitas/os antropólogas/os, que reservam sexo para se referir a categorias biológicas, ao passo que usam gênero para se referir a categorias sociais ou culturais. De acordo com esta regra, diríamos *a eficácia da medicação parece depender do sexo (não gênero) do paciente, mas, nas sociedades camponesas, os papéis de gênero (não sexo) tendem a ser definidos de forma mais evidente*. Em princípio, essa distinção é útil, mas não é, de modo algum, amplamente seguida, e ocorre uma variação considerável no uso, em todos os âmbitos. (p. 754)

De fato, para algumas pessoas, gênero tornou-se uma forma respeitosa de se referir a qualquer coisa que tivesse a ver com sexo, ao passo que sexo ficou reservado para atos físicos

4 Cf. a discussão sobre este artigo em **American Historical Review**, 113, dezembro de 2008.

5* Artigo traduzido para o português por Guacira Lopes Louro com revisão de Tomaz Tadeu da Silva em **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 28 nov. 2021. (Nota do Editor)

de se fazer amor e/ou copular. Mas, para outras pessoas, gênero tinha implicações radicais, que precisavam ser impedidas. Foi o que aconteceu nos eventos que precederam a IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres, realizada em Pequim, China, em 1995. Nas semanas anteriores à reunião, uma subcomissão da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos (1996) realizou audiências nas quais congressistas republicanas/os e delegadas/os de grupos de direito à vida apontaram as implicações subversivas do "gênero". As/os palestrantes alertaram que os valores morais e familiares estavam sendo atacados por aquelas que acreditavam que podia haver até cinco gêneros (homens, mulheres, homossexuais, bissexuais e transexuais). E essas pessoas insistiam que o programa da ONU para a Conferência de Pequim havia sido sequestrado por "feministas do gênero, que acreditavam que tudo o que consideramos natural, inclusive condição de homem e condição de mulher, feminilidade e masculinidade, maternidade e paternidade, heterossexualidade, casamento e família são apenas 'marcas' criadas culturalmente, engendradas por homens para oprimir as mulheres. Essas feministas professam que tais papéis foram socialmente construídos e, portanto, estão sujeitos a mudanças" (UNITED STATES HOUSE OF REPRESENTATIVES, 1995, p. 43). Dentro da ONU, havia tanta controvérsia que a Comissão sobre a Situação da Mulher havia criado um grupo de contatos que buscasse chegar a um acordo sobre o "sentido comum do que se entendia por 'gênero'", e transmitisse suas conclusões "diretamente para a Conferência em Pequim". A discordância entre as pessoas que insistiam em uma definição estritamente biológica e as que desejavam se referir aos "papéis socialmente construtivos [sic] de homens e mulheres" (UNITED STATES HOUSE OF REPRESENTATIVES, 1995, p. 107) levou a uma resolução totalmente confusa, que suscitava desinformação, e que foi incluída como um apêndice ao Programa de Ação da conferência. A "Declaração sobre o sentido comum do que se entendia pelo termo 'gênero'" diz o seguinte:

<pi> Depois de considerar a questão minuciosamente, o grupo de contato observou que 1) a palavra "gênero" tinha uma utilização e entendimento comum em seu uso corrente e geralmente aceito em vários outros fóruns e conferências das Nações Unidas; (2) não havia indicação de que se pretendesse, na Plataforma de Ação, dar qualquer novo sentido ou conotação do termo, diferente do uso anterior aceito. ... Consequentemente, o grupo de contato reafirmou que se pretendia que a palavra "gênero", conforme usada na Plataforma de Ação, fosse interpretada e entendida como era no uso corrente e geralmente aceito. (UNITED NATIONS COMMISSION ON THE STATUS OF WOMEN, 1996, p. 229)

O que é surpreendente sobre essa tentativa de elucidação é que não há explicação para "uso aceito de forma geral". Era como se o sentido fosse evidente por si mesmo, livre de ambiguidades e de todas as possíveis interpretações equivocadas. A formulação textual da declaração tentou resolver a controvérsia por meio da negação de que ela existisse.

Ainda assim, algumas/alguns participantes da conferência se sentiram pressionadas/os a explicar como entendiam o termo. A pessoa que representava a Guatemala, por exemplo, escreveu que "em conformidade com os critérios éticos, morais, legais, culturais e naturais do povo guatemalteco, a Guatemala interpreta o conceito de gênero tão somente como gênero feminino e masculino, referindo-se a mulheres e homens" (UNITED NATIONS, 1995, v. 11). O Paraguai fez

uma declaração semelhante. O Peru levou a questão mais a fundo, antecipando as implicações perigosas que “gênero” parecia ter, ao insistir que “os direitos sexuais se referem tão somente às relações heterossexuais” (UNITED NATIONS, 1995, v. 28). E a pessoa que representava o Vaticano interpretou o sentido comum de “gênero” como algo “fundamentado em identidade sexual biológica, masculina ou feminina [...]. A Santa Sé, portanto, exclui interpretações dúbias baseadas em visões de mundo que afirmam que a identidade sexual pode ser adaptada indefinidamente para satisfazer novos e diferentes propósitos” (UNITED NATIONS, 1995, v. 12: “Declaração de interpretação do termo ‘gênero’”). Não que a biologia determinasse papéis sexuais de forma estática. O Papa foi totalmente a favor de “uma certa diversidade de papéis... contanto que essa diversidade não fosse resultado de uma imposição arbitrária, mas sim uma expressão do que é específico de ser homem e mulher” (UNITED NATIONS, 1995, v. 12: “Declaração de interpretação do termo ‘gênero’”). A mensagem implícita era que a homossexualidade não era apenas intolerável por ser antinatural, mas que representava uma corrupção da ordem natural das coisas na qual se considerava que a ordem social fosse baseada.

Embora esses debates tenham demonstrado quão profundo foi o efeito que o pensamento feminista teve nos anos anteriores a Pequim — “gênero” era um termo que parecia carregar ameaças de ruptura e subversão feminista — eles também mostraram o quanto ele foi reestabelecido, privado de seu significado como um desafio radical ao *status quo*. Como o **American Heritage Dictionary** apontara muitos anos antes, no uso corrente, “gênero” tornara-se simplesmente um sinônimo das diferenças entre os sexos, tanto as atribuídas quanto as “naturais”. Ainda podia provocar um debate acalorado, é verdade, como sugerem as deliberações preparatórias de Pequim, mas, na maioria das vezes, no relatório final de Pequim, era um termo inócuo, muitas vezes simplesmente um substituto de “mulheres”.

Não há dúvida de que, até 1995, “gênero” dera às defensoras da igualdade entre as mulheres uma maneira de defender que os papéis sociais eram “construídos culturalmente” e, portanto, abertos a mudanças, mas seu questionamento mais abrangente parecia ter sido desviado ou domado. Nas décadas de 1970 e 1980, “gênero” representou um importante trabalho teórico para feministas; proporcionou uma maneira de os determinantes das relações entre os sexos serem repensados; não havia “uso aceito de forma geral” para o termo. “Gênero” abriu todo um conjunto de questões analíticas sobre como e em que condições diferentes papéis e funções haviam sido definidos para cada sexo; como os próprios sentidos das categorias “homem” e “mulher” variavam de acordo com a época, o contexto e o local; como as normas regulatórias de comportamento sexual foram criadas e impostas; como questões de poder e direitos representaram definições de masculinidade e feminilidade; como as estruturas simbólicas afetaram as vidas e práticas de pessoas comuns; como as identidades sexuais foram forjadas dentro de prescrições sociais e contra elas.

Meu ensaio de 1986 foi escrito com essas questões em mente. Foi, para mim, uma forma de fazer questões, que associei à influência de Michel Foucault, sobre como se estabeleceu a certeza do conhecimento acerca da diferença sexual “natural”, e sobre como e quando um “regime de verdade” foi substituído por outro. O gênero proporcionou uma forma de serem investigadas as formas específicas adotadas pela organização social sobre a diferença sexual; ele não as tratou

como variações de um tema imutável de dominação patriarcal. Em vez disso, exigia-se uma leitura cuidadosa das manifestações concretas, uma atenção aos diferentes sentidos que as mesmas palavras podiam ter. “Gênero” pode sempre se referir às formas como as relações entre homens e mulheres foram concebidas, mas nem as relações nem os “homens” e “mulheres” foram levados em consideração para serem iguais em todas as instâncias. O objetivo era questionar todos os termos e, assim, historicizá-los.

Até meados da década de 1990, ao menos nos Estados Unidos, parecia-me que o termo gênero havia perdido seu propósito crítico justamente porque era como se seu sentido já estivesse apto para ser considerado fato consumado, que não precisava mais ser discutido. A palavra não era mais desconcertante, não representava um desafio ao uso gramatical fixo; em vez disso, era mais um termo entendido por todas as pessoas, de forma comum, no léxico feminista. Comecei a questionar se ela havia perdido sua eficácia e utilidade para o pensamento feminista. Não foi o que aconteceu, é claro, em outras partes do mundo onde não se fala inglês. Nesses lugares, a própria dificuldade de se traduzir a palavra proporcionou aquele tipo de questionamento radical associado ao feminismo. Também ocasionou a recusa inflexível de autoridades, que condenaram a palavra, considerando-a inadequada, inaceitável, até mesmo grosseira, porque extrapolava os limites nacionais do “uso corrente”. Assim, a **Commission générale de terminologie et de néologie** (2005) julgou que “gênero” não era uma palavra francesa; isso tudo apesar de sua crescente frequência em títulos de livros e artigos. Poucos anos depois, um comentário sobre a impotência dessa proibição apareceu como um manual de estudos de gênero — em francês — o primeiro desse tipo.⁶

A questão sobre se o gênero continua ou não a ser uma categoria útil de análise — histórica, entre outras — parece-me não se basear na palavra em si, mas nos usos críticos que continuamos a fazer dela. Com muita frequência, “gênero” conota um enfoque programático ou metodológico, em que os significados de “homens” e “mulheres” são considerados fixos; o objetivo é descrever papéis diferentes, não os questionar. Acredito que gênero continua a ser útil apenas se superar esse enfoque, se for considerado um convite para se pensar de forma crítica sobre como os sentidos de corpos determinados sexualmente são produzidos uns em relação com os outros, como esses sentidos são empregados e modificados. O foco deve estar não nos papéis atribuídos a mulheres e homens, mas na própria construção da diferença sexual.

No meu campo de história, existem demasiados livros que consideram o sentido de “mulheres” fato consumado, que não precisa mais ser discutido — o que as mulheres compartilham fisicamente é um sinônimo para uma entidade coletiva designada como “mulheres”. Diz-se que gênero alude à relação entre mulheres e homens, presumida não apenas como hierárquica, mas invariavelmente hierárquica; os termos particulares usados para descrever a relação são aparentemente menos importantes do que a própria assimetria. E, apesar de muitas pesquisas inovadoras sobre sexualidade, gênero — ao menos no discurso histórico — na maioria das vezes se refere a uma persistente oposição entre homem/mulher, uma formação de casal heterossexual normativo (caso não seja distintamente biológico), mesmo quando a homossexualidade é o tópico a ser discutido. Não se trata de que não concedam uma história às mulheres, é claro que concedem. Diz-se que as ideias sobre

⁶ Para um importante panorama sobre o tema, Cf. BERENI *et al.*, 2008.

elas mudam, assim como suas experiências; estas variam de acordo com a época, e com a classe, etnia, cultura, religião e geografia. A profusão de bibliografia sobre a história social das mulheres é repleta de distinções importantes que insistem na particularidade de mulheres trabalhadoras, camponesas, lésbicas, medievais, judias, afro-americanas, muçulmanas, latinas, do Leste Europeu ou africanas. Mas, por mais que acompanhem a vida cotidiana de populações diversas, essas diferenças pressupõem uma “continuidade subjacente de mulheres reais, e acima de seus corpos constantes dançam cambiantes descrições aéreas” (RILEY, 1988, p. 7). Paradoxalmente, a história das mulheres manteve as “mulheres” fora da história. E o resultado é que as “mulheres” como fenômeno natural são reinscritas, mesmo quando afirmamos que elas são construídas discursivamente. Em outras palavras, o binarismo sexo/gênero, que definiu gênero como a atribuição social de sentido às diferenças sexuais determinadas biologicamente, permanece em vigor, apesar de uma geração de estudos que visam desconstruir essa oposição. (Como já mencionei, a desconstrução insistia que sexo, assim como gênero, deveria ser entendido como um sistema de sentidos imputados; nenhum deles era questão de natureza, ambos eram produtos da cultura. Sexo não era um fenômeno transparente; adquiria seu status natural retrospectivamente, como justificativa para a atribuição de papéis de gênero). Enquanto “mulheres” continuarem a “constituir um pano de fundo passivo para a concepções de gênero mutáveis”, (RILEY, 1988, p. 7) nossa história se baseará em um fundamento biológico que as feministas — ao menos teoricamente — desejam contestar.

A obra de Denise Riley, **“Am I That Name?” Feminism and the Category of “Women” in History**, já há duas décadas defendia isso. O livro foi publicado em 1988, mesmo ano de meu **Gender and the Politics of History** (SCOTT, 1988). Ambos os livros compartilham uma preocupação semelhante com o feminismo e a história; ambos se voltam para a teoria pós-estruturalista em busca de apoio; um conversa com o outro. Enquanto meu livro discute a questão do gênero como uma categoria analítica, o de Riley assume a tarefa de tratar “mulheres” da mesma maneira. Ela propicia uma genealogia foucaultiana de “mulheres” — um termo tratado com mais frequência como uma descrição transparente. Mesmo quando ela distingue “pessoas femininas” de “mulheres”, sua leitura muitas vezes foi mal interpretada como “uma espécie de enfoque da Mulher através dos Tempos” — algo que ela particularmente desejava evitar (RILEY, 1988, p. 7). O fato de isso ter ocorrido faz com que se tenha uma noção de como a história como disciplina tem sido resistente em relação ao desafio epistemológico radical de Foucault e também de como as filhas aparentemente rebeldes da história se revelaram muito bem disciplinadas.

O livro de Riley é voltado para as feministas e a dificuldade que se apresenta para nós pela necessidade de, ao mesmo tempo, insistir na identidade “mulheres” e recusá-la. Isso, afirma ela, não é uma desvantagem, mas a condição que dá suscita o feminismo. “‘Mulheres’ é de fato uma categoria instável, ... essa instabilidade tem um fundamento histórico, e ... o feminismo é o local da luta sistemática contra essa instabilidade ...” (RILEY, 1988, p. 5). Não se trata apenas de que haja diferentes tipos de mulheres reunidas sob o termo, mas também de que a identidade coletiva significa coisas diferentes em épocas diferentes. Mesmo para indivíduos, nem sempre se tem consciência de “ser mulher”. A identidade, diz Riley, não nos atravessa e por isso é “inconstante e não pode proporcionar um fundamento ontológico” (RILEY, 1988, p. 2). “O corpo” também não

proporciona esse fundamento, uma vez que é, em si, um conceito que deve ser "lido em relação a tudo o que o sustenta e o circunda" (RILEY, 1988, p. 104). "Apesar de toda a sua corporeidade," aponta Riley, o corpo não é "um ponto de origem e nem mesmo um termo; é um resultado ou um efeito" (RILEY, 1988, p. 102).

A ausência de um fundamento ontológico pode sugerir a futilidade da história das mulheres; se não há mulheres, algumas/alguns de suas críticas/os se queixaram, como pode haver história das mulheres ou, nesse sentido, como pode haver feminismo?⁷ Na realidade, Riley faz de "mulheres" um objeto de investigação histórica. Ela pergunta quando a categoria entra em discussão e em que condições, e aponta para os modos em que, em diferentes momentos históricos, houve diferentes tipos de aberturas criadas para reivindicações feministas. "As disposições de pessoas sob as bandeiras de 'homens' ou 'mulheres' estão enredadas nas histórias de outros conceitos também, incluindo 'o social' e 'o corpo'. E isso tem profundas repercussões para o feminismo" (RILEY, 1988, p. 7). Riley mostra como, nos primórdios da Europa moderna, noções da alma andrógina definiam um tipo de relação de "mulheres" para com a humanidade, enquanto até o século XVIII, a atenção à natureza e ao corpo levou a uma ênfase crescente em mulheres como "o sexo". Conforme, no século XIX, "o social" encontrou um lugar entre "o doméstico" e "político", ele "estabeleceu 'mulheres' como um novo tipo de coletividade sociológica" (RILEY, 1988, p. 50). E, é claro, até que os indivíduos fossem definidos como sujeitos políticos, não poderia haver nenhuma reivindicação de cidadania ou direitos políticos para mulheres. Não se trata apenas de as mulheres terem diferentes tipos de possibilidades em sua vida, mas que "mulheres" é algo diferente em cada um desses momentos. Não há essência alguma do que é feminilidade (ou masculinidade) que proporcione um sujeito estável para nossas histórias; existem somente sucessivas iterações de uma palavra que não tem um referente fixo e, portanto, nem sempre significa a mesma coisa.

Foi a política feminista que deu visibilidade a "mulheres" como um objeto de investigação histórica. Mas, ironicamente, o projeto de criar um sujeito para o feminismo contemporâneo (uma coletividade ativa, que protesta, afirma seus direitos, busca a emancipação da opressão) tendeu a confundir os limites da diferença, fossem temporais, culturais ou sociais. "Gênero" pretendia historicizar e relativizar as mulheres e concebê-las como íntegras na história, não como simples agentes, mas como "mulheres". A questão era que o sujeito atual do feminismo (nossa coletividade) não podia ser projetado de forma retrospectiva ou lateral. O feminismo global é uma unidade imaginária, uma visão política, não uma entidade que antecede sua articulação. O "gênero" sugeria que devíamos problematizar a própria noção de como passamos a pensar sobre nós da maneira que o fizemos. Não era evidente por si mesmo que as mulheres tivessem consciência de si mesmas como "mulheres", não estava nem um pouco claro que "nossos corpos" definiam "nós mesmas". Não havia "falsa conscientização" sobre o que significava ser mulher (mesmo que o despertar para a conscientização fosse uma técnica de mobilização). Em vez disso, houve convocatórias a experiências e interesses específicos que, em um momento específico, organizaram-se sob o signo de "mulheres". As questões eram como e quando isso aconteceu e em que condições? Para compreender o feminismo (em suas manifestações atuais e históricas), era necessário pensar sobre

7 Cf., por exemplo, MODELESKI (1991).

ele como uma intervenção estratégica em um conjunto de discursos que não se restringiam a “mulheres”.

Embora houvesse uma grande preocupação manifesta sobre se o gênero, somado a ou substituído por mulheres (em títulos de livros e ementas de cursos), enfraqueceria as reivindicações feministas, na realidade o gênero sinalizou um aprofundamento do compromisso com a história tanto das mulheres quanto de “mulheres.” Estou defendendo agora que nenhuma história das mulheres é completa sem uma história de “mulheres”. “Gênero” foi uma convocatória para ser uma ruptura da poderosa atração da biologia, por meio de uma abertura de todos os aspectos de identidades sexuadas a questionamentos, incluindo-se a indagação sobre se homem/mulher, masculino/feminino era ou não o contraste sendo invocado. Riley nos recorda que a insistência na fixidez dessa oposição (na “verdade” essencial da diferença sexual) é, ela mesma, o produto de uma certa história e não uma história que devemos considerar inviolável.

Talvez seja a diferença sexual que precise agora ser problematizada para que o gênero possa ser libertado para fazer seu trabalho crítico. Para isso, achei útil recorrer à teoria psicanalítica, não às suas articulações conservadoras (que, entre outras coisas, foram usadas para sustentar a família heterossexual como a chave para psiques normais e culturas estáveis), mas quando trata das dificuldades associadas ao estabelecimento de limites e significados de identidades sexuadas. Por um lado, “o conhecimento psíquico da diferença sexual ... é algo sobre o que não se pode não saber” (WEED, 2007, p. 6). Por outro lado, não há conhecimento certo do que isso significa. Seus sentidos são oferecidos nos domínios da fantasia individual e do mito coletivo e estes não estão necessariamente em sincronia entre si, nem são eles que determinam as formas como os sujeitos se relacionam com a masculinidade ou a feminilidade (assumindo-a, recusando-a, rejeitando a divisão entre elas). A psicanálise não vê nenhuma correspondência necessária entre as posições psíquicas de masculinidade e feminilidade e um corpo físico; de fato, é “o corpo que passa a representar a percepção psíquica da diferença sexual e não o contrário” (WEED, 2007, p. 6). A teoria não postula nenhuma definição fixa para masculino/feminino ou para as diferenças entre elas; em vez disso, requer análise para chegar ao que elas significam.

Claro, a análise visa descobrir os sentidos idiossincráticos desenvolvidos por psiques individuais, mas eles não são forjados de forma independente da percepção consciente de categorias normativas e de sua aplicação. Tampouco as categorias normativas são simplesmente afirmações racionais de uma identificação desejável. São tentativas (muitas vezes ineficazes) de se eliminar a confusão psíquica gerada pela diferença sexual, de coadunar fantasia individual com mito cultural e organização social. O gênero é, eu defendo, o estudo da conflituosa relação (em torno da sexualidade) entre o normativo e o psíquico, a tentativa de ao mesmo tempo coletivizar a fantasia e usá-la para algum fim político ou social, seja esse fim a construção de nação ou a estrutura familiar. Nesse processo, é o gênero que produz sentidos para o sexo e a diferença sexual, e não o sexo que determina os sentidos do gênero. Se for assim, então (como algumas feministas insistem há muito tempo) não apenas não há nenhuma distinção entre sexo e gênero, mas o gênero é a chave do sexo. E, se for assim, gênero é uma categoria útil de análise porque requer que historicizemos as maneiras como o sexo e a diferença sexual foram concebidos.

A “linguagem de gênero” não pode ser codificada em dicionários, nem seus sentidos podem

ser facilmente presumidos ou traduzidos. Não se reduz a uma quantidade conhecida de masculino ou feminino, homem ou mulher. São justamente os sentidos específicos que precisam ser extraídos dos materiais que examinamos. Quando gênero é uma questão em aberto sobre como esses sentidos são estabelecidos, o que eles significam e em quais contextos, então continua sendo uma categoria de análise útil — porque é crítica.

Referências

BERENI, L. et al. **Introduction aux Gender Studies**: Manuel des études sur le genre. Bruxelles: De Boeck, 2008.

BUTLER, J. **Gender Trouble**: Feminism and the Subversion of Identity. New York: Routledge, 1990.

COMMISSION GÉNÉRALE DE TERMINOLOGIE ET DE NÉOLOGIE. Recommandation sur les équivalents français du mot *gender*. **Journal Officiel de la République Française**: Avis et communications, Paris, n. 0169, p. 107-115, 22 juil. 2005. Disponível em: <https://www.legifrance.gouv.fr/download/pdf?id=NFP-zF-1mggwV16GnVpmayHCZJvBzIJkaMjHxnIJ-uE>. Acesso em: 27 nov. 2021

Haraway, D. J. "Gender" for a Marxist Dictionary: The Sexual Politics of a Word. In: Castelli, E. A. (ed.). **Women, Gender, Religion**: A Reader. New York: Palgrave Macmillan, 2001. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-1-137-04830-1_6. Acesso em: 27 nov. 2021.

Haraway, D. J. **Simians, Cyborgs, and Women**: The Reinvention of Nature. New York: Routledge, 1991.

MODELESKI, T. **Feminism Without Women**: Culture and Criticism in a Postfeminist Age. New York: Routledge, 1991.

RILEY, D. **"Am I That Name?"** Feminism and the Category of "Women" in History. London: Macmillan, 1988.

SCOTT, J. W. "Gender: A Useful Category of Historical Analysis". **American Historical Review**, v. 91, issue 5, p. 1053–1075, Dec. 1986. Disponível em: <https://academic.oup.com/ahr/article-abstract/91/5/1053/155166?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 27 nov. 2021.

SCOTT, J. W. Gender: still a useful category of analysis? **Diogenes**, v. 57, n. 1, p. 7-14, 2010. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0392192110369316>. Acesso em: 27 nov. 2021.

SCOTT, J. W. **Gender and the Politics of History**. New York: Columbia UP, 1988.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 27 nov. 2021.

THE AMERICAN HISTORICAL REVIEW. Oxford: Oxford University Press; Bloomington: American Historical Association, v. 113, issue 5, Dec. 2008. (AHR Forum: Revisiting "Gender: a useful category of historical analysis"). Disponível em: <https://academic.oup.com/ahr/issue/113/5>. Acesso em: 27 nov. 2021.

UNITED NATIONS. **Report of the Fourth World Conference on Women.** Beijing, 4-15 September 1995. New York: United Nations, 1996. Disponível em: <https://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/pdf/Beijing%20full%20report%20E.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2021.

UNITED NATIONS COMMISSION ON THE STATUS OF WOMEN. **Report of the United Nations Conference on Human Settlements (Habitat II).** Istanbul: United Nations, 1996. (Annexe v: "Statement on the Commonly Understood Meaning of the Term 'Gender'"). Disponível em: <https://www.un.org/ruleoflaw/wp-content/uploads/2015/10/istanbul-declaration.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2021.

UNITED STATES HOUSE OF REPRESENTATIVES. **United Nations Fourth World Conference on Women. Hearings Before the Subcommittee on International Operations and Human Rights, July 18 and August 2, 1995.** Washington, DC: US Government Printing Office, 1996. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=pst.000025251692&view=1up&seq=1>. Acesso em: 27 nov. 2021.

WEED, E. Joan W. Scott's Useful Category of Analysis. In: CONFERENCE IN TERMS OF GENDER, Madison, 2007. Madison: Center for 21st Century Studies; University of Wisconsin, 2007. (Unpublished paper)